

Acórdão do Tribunal de Justiça (Primeira Secção) de 17 de janeiro de 2013 (pedido de decisão prejudicial do Conseil d'État — França) — Société Geodis Calberson GE/ Etablissement national des produits de l'agriculture et de la mer (FranceAgriMer)

(Processo C-623/11) ⁽¹⁾

[Agricultura — Ajuda alimentar — Regulamento (CE) n.  111/1999 — Programa de abastecimento da Federa o da Rússia em produtos agrícolas — Adjudicat rio de um contrato para o transporte de carne de bovino — Atribui o de competência — Cláusula compromiss ria]

(2013/C 63/08)

Língua do processo: francês

 rgo jurisdiccional de reenvio

Conseil d' tat

Partes no processo principal

Recorrente: Société Geodis Calberson GE

Recorrida:  tablissement national des produits de l'agriculture et de la mer (FranceAgriMer)

Objeto

Pedido de decisão prejudicial — Conseil d' tat — Interpreta o do artigo 16.  do Regulamento (CE) n.  111/1999 da Comissão, de 18 de janeiro de 1999, que estabelece as normas gerais de execu o do Regulamento (CE) n.  2802/98 do Conselho relativo a um programa de abastecimento de produtos agrícolas   Federa o da Rússia (JO L 14, p. 3) — Atribui o de competência em caso de litígio entre o adjudicatário de um contrato para transporte de carne de bovino e o organismo nacional de interven o competente relativo ao procedimento de pagamento e   indeniza o do prejuízo sofrido — Cláusula compromiss ria

Dispositivo

O artigo 16.  do Regulamento (CE) n.  111/1999 da Comissão, de 18 de janeiro de 1999, que estabelece as normas gerais de execu o do Regulamento (CE) n.  2802/98 do Conselho relativo a um programa de abastecimento de produtos agrícolas   Federa o da Rússia, conforme alterado pelo Regulamento (CE) n.  1125/1999 da Comissão, de 28 de maio de 1999, deve ser interpretado no sentido de que atribui ao Tribunal de Justiça da União Europeia competência para decidir os litígios relativos às condi es em que o organismo de interven o designado para receber as propostas para a adjudica o de presta es de fornecimento gratuito de produtos agrícolas   Federa o da Rússia procede ao pagamento devido ao adjudicatário e   libera o da garantia de fornecimento constituída pelo adjudicatário a favor desse organismo, nomeadamente as a es de indeniza o pelos danos resultantes de faltas cometidas pelo organismo de interven o na execu o dessas opera es.

⁽¹⁾ JO C 39 de 11.2.2012.

Acórdão do Tribunal de Justiça (Quinta Sec o) de 17 de janeiro de 2013 (pedido de decisão prejudicial do Augst k s tiesas Sen ts — Let nia) — Processo intentado por Mohamad Zakaria

(Processo C-23/12) ⁽¹⁾

[Regulamento (CE) n.  562/2006 — Código comunitário relativo ao regime de passagem de pessoas nas fronteiras (Código das Fronteiras Schengen) — Alegada viola o do direito ao respeito da dignidade humana — Tutela jurisdiccional efetiva — Direito de acesso a um tribunal]

(2013/C 63/09)

Língua do processo: leto  

 rgo jurisdiccional de reenvio

Augst k s tiesas Sen ts

Parte no processo principal

Processo intentado por Mohamad Zakaria

Objeto

Pedido de decisão prejudicial — Augst k s tiesas Sen ts — Interpreta o do artigo 13. , n.  3, do Regulamento n.  562/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2006, que estabelece o código comunitário relativo ao regime de passagem de pessoas nas fronteiras (Código das Fronteiras Schengen) (JO L 105, p. 1) — Direito de recurso dos nacionais de pa es terceiros de decisões que recusam a entrada — Recurso com o fim de obter a declara o da existência de comportamentos constitutivos de irregularidades processuais ocorridos aquando da autoriza o de passagem da fronteira — Ressarcimento do dano moral causado por essas irregularidades

Dispositivo

O 13. , n.  3, do Regulamento (CE) n.  562/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2006, que estabelece o código comunitário relativo ao regime de passagem de pessoas nas fronteiras (Código das Fronteiras Schengen), prevê apenas a obriga o de os Estados-Membros instituirem uma via de recurso contra as decisões de recusa de entrada no seu território.

⁽¹⁾ JO C 80, de 17.03.2012.

Pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Verwaltungsgericht Berlin (Alemanha) em 13 de novembro de 2012 — Aslihan Nazli Ayalti/República Federal da Alemanha

(Processo C-513/12)

(2013/C 63/10)

Língua do processo: alemo  

 rgo jurisdiccional de reenvio

Verwaltungsgericht Berlin